

**TERMO DE REFERÊNCIA
COMPRA**

ANTAQ

(Processo Administrativo n.º 50300.012434/2021-89)

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de **02 Licenças Anuais (12 meses) do Software Zoom, sendo 01 Licença Zoom Pro (100 participantes) e 01 Licença Webinar (500 participantes)**, para a realização de reuniões virtuais (web conferência) e de webinars, palestras, apresentações, Audiências Públicas, Reuniões Ordinárias da Diretoria, e outros eventos a serem realizados pela internet, visando atender a demanda ANTAQ, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
1	Serviço de assinatura de 12 (doze) meses da licença Zoom Pro (100 participantes)	O software a ser contratado será utilizado para a realização de eventos virtuais. Em virtude de eventuais instabilidades do Microsoft Teams (software que utilizamos atualmente), é necessário outro aplicativo como uma segunda opção em dias de reuniões que não podem ser adiadas, como ROD, Audiências Públicas, dentre outras.	01 licença	R\$ 1.250,00
2	Serviço de assinatura de 12 (doze) meses da licença Zoom Webinar (500 participantes)	O software a ser contratado será utilizado para a realização de eventos virtuais, na modalidade Webinar, para até 500 participantes. Foi identificada uma tendência de aumento na realização de eventos de forma virtual, em virtude do baixo custo, e a depender do tipo de evento. Sendo assim, a realização de Webinars têm se tornado cada vez mais frequente, o que justifica a necessidade de contratação de um serviço que dê suporte e estrutura a tal fim.	01 licença	R\$ 9.200,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A **licença de Software de videoconferência com função webinar para, no mínimo, 500 participantes** deve apresentar as funcionalidades necessárias para reuniões on-line e webinar. Dentre as diversas funções disponíveis, destacam-se a simplicidade nas necessidades de colaboração (compartilhamento de tela HD, enquete, perguntas e respostas, bate-papo ao vivo), sendo tais funcionalidades necessárias para a realização e controle dos eventos do modelo adotado pela ANTAQ.
- 2.2. Além disso, deve ser uma ferramenta mundialmente conhecida, de fácil utilização e aceitação por partes dos usuários, com versão em diversos idiomas, permitindo ouvir o evento na linguagem selecionada na inscrição, quando existir tradução simultânea, o que é de grande valia para a realização de eventos com palestrantes de outras nacionalidades.

- 2.3. O acesso pode ser feito através de desktop, navegadores e dispositivos móveis. A integração com o calendário Outlook e Gmail deverá ser de fácil manuseio e otimizar o envio de convites aos participantes. A ferramenta deve oferecer, ainda, de maneira bastante simples, a gravação dos eventos, podendo ser em máquina local e em nuvem. Tal procedimento facilitaria a publicação dos eventos gravados na página da ANTAQ e no seu canal do Youtube. Ainda, a ferramenta contratada deve possuir representante com certificação no Brasil, disponível para prestar suporte e treinamento presencial e remoto, com pagamento em moeda corrente.
- 2.4. Para balizar a seleção do software em contratação, foram elencadas as necessidades da ANTAQ na aquisição do serviço. Diante dessas necessidades, foi realizada uma avaliação a respeito dos serviços ofertados pelo **Software Zoom**, que é mundialmente conhecido no mercado e de grande utilização por parte de diversos órgãos públicos. Diante desta análise, concluiu-se que este software é o mais adequado para a contratação em tela, atendendo plenamente as necessidades da Agência, conforme funcionalidades listadas abaixo:
- 2.4.1. Oferecer recursos interativos em tempo real por meio de chats, enquetes e outros recursos;
 - 2.4.2. Permitir a inscrição do interessado e a exportação dos dados dos participantes;
 - 2.4.3. Permitir reunião, com no mínimo 100 participantes, entre palestrantes, organizadores e convidados (**ZOOM PRO**);
 - 2.4.4. Deve permitir separar os participantes em diferentes grupos de trabalho, durante a reunião, no formato workshop.
 - 2.4.5. Permitir acesso para desktop, navegadores, dispositivo móvel;
 - 2.4.6. Permitir acesso às reuniões através dos principais navegadores sem a necessidade de instalar o aplicativo;
 - 2.4.7. Uso ilimitado – 24 horas;
 - 2.4.8. No modelo webinar, para no até 500 participantes por evento agendado (**ZOOM WEBINAR**);
 - 2.4.9. Permitir inscrição de forma a aprovar automaticamente ou manualmente;
 - 2.4.10. Permitir restringir o número de inscritos;
 - 2.4.11. Permitir o controle do anfitrião para desativar/ativar o som dos palestrantes, gravação, entre outros recursos;
 - 2.4.12. Permitir Enquete e Pergunta/Resposta com respostas em tempo real ou em texto;
 - 2.4.13. Permitir Relatórios de inscrição e após o Webinar para análise e estatística;
 - 2.4.14. Permitir a importação/exportação de dados dos participantes da reunião/webinar, no formato Excel, e relatórios com o registro de permanência dos participantes;
 - 2.4.15. Permitir agendamento através dos principais sistemas de calendários (Microsoft Outlook, Gmail, entre outros);
 - 2.4.16. Fechar as inscrições após a data do evento;
 - 2.4.17. Permitir que participantes ingressem no webinar por diversos dispositivos eletrônicos;
 - 2.4.18. Deve possuir aplicativos para celular Android e iPhone;
 - 2.4.19. Deve permitir gravação em MP4 local e em nuvem;

- 2.4.20. Propiciar a interação entre os participantes, por áudio e vídeo, compartilhamento de tela e uso de recursos de colaboração, conforme configuração ou permissão concedida pelo organizador;
- 2.5. Deve permitir a integração com as principais redes sociais para transmissão do evento ao vivo para um público ilimitado, em especial com o YouTube, onde ficará armazenado para futuras visualizações, pelo canal da EMERJ, sem a necessidade de outro software ou equipamento de streaming;
- 2.6. Deve permitir personalização da página de inscrição do evento, no padrão a ser estabelecido pela EMERJ;
- 2.7. Permitir o ingresso de participantes em reuniões e eventos sem a necessidade de criação de conta;
- 2.8. Permitir a criação e o envio de convites personalizados com o link para ingresso na reunião e evento;
- 2.9. Permitir a configuração de sala de espera para ingresso na reunião ou evento, que será autorizado pelo organizador;
- 2.10. Permitir a configuração do plano de fundo virtual para os palestrantes;
- 2.11. Permitir tradução simultânea e a transcrição automática do evento em arquivo;
- 2.12. Possuir plataforma de gerenciamento em português;
- 2.13. A contratada durante o prazo da vigência da licença deverá possuir suporte técnico em português para treinamento na ferramenta, configuração, ativação, migração de dados, e para sanar dúvidas na preparação dos eventos e reuniões, inclusive, com acompanhamento durante os eventos, se necessário; e

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A licença deve ser instalada e testada no prazo máximo de 05 dias após a emissão da Nota de Empenho. Após a verificação de que a licença está funcionando conforme o especificado, o pagamento será autorizado.
- 3.2. O suporte e assessoria técnica podem ser feitos via WhatsApp, inclusive nos finais de semana e fora do horário comercial.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.4. Pelo valor demonstrado no orçamento comparativo, sugere-se que a aquisição seja feita via **dispensa de licitação**, com cotação eletrônica, com base no art. 24, II, da Lei 8.666/1993 e nos valores das modalidades de licitação e limites para dispensa do Decreto 9.412/2018.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega do software é de **05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Nota de Empenho**, em remessa *única*, no seguinte endereço: **SEPN Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte, Brasília/DF – CEP: 70760-545.**

5.1.1. A entrega do serviço será via meio eletrônico.

5.1.2. O serviço deve contar com garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação ou instalação e todas as atualizações no período.

5.1.3. A licença a ser contratada e fornecida é anual, de 12 (doze) meses.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes acerca dos serviços que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.

6.1.7. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da ANTAQ quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 7.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7.1.6. Encaminhar à fiscalização do contrato a nota fiscal/fatura relativa ao objeto contratado.
- 7.1.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação.
- 7.1.8. Reportar ao CONTRATANTE imediatamente qualquer falha eventualmente identificada na especificação da licença, propondo soluções tecnicamente adequadas.
- 7.1.9. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 7.1.10. Em nenhuma hipótese a contratada poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 7.1.11. É expressamente vedada à CONTRATADA a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 7.1.12. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 7.1.12.1. A utilização do nome da ANTAQ para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização da Agência;
- 7.1.12.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a

diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado no fornecimento do software, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

14.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, no caso, caracterizada pelo não fornecimento das licenças após 10 (dez) dias úteis do fim do prazo contratual;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 10.450,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta reais).**

15.2. O valor já considera impostos, contribuições, fretes, seguros e outros custos indiretos.

Brasília-DF, 02 de julho de 2021.

CAROLINA BATISTA PAZ

ANALISTA ADMINISTRATIVO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL